

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na
audição no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei
do Orçamento do Estado**

Assembleia da República, Lisboa, 22 de janeiro de 2020

Começo por assinalar o gosto que tenho em participar numa audição parlamentar pela primeira vez nesta Legislatura, que por acaso é num momento particularmente importante do ano parlamentar: a apresentação e discussão de um OE.

Quero também assinalar a minha satisfação por estar acompanhado pelos dois Secretários de Estado, o SEADN Jorge Seguro Sanches, e a SERHAC Catarina Sarmento Castro.

Olhando para o Orçamento para a Defesa de 2020, o primeiro ponto que quero sublinhar é que o Orçamento da Defesa Nacional volta a crescer pelo segundo ano consecutivo. O total da despesa consolidada do Programa da Defesa em 2020 é de 2 445,7 milhões de euros, representando um aumento de 5% face ao orçamento inicial de 2019, que é o ponto de comparação que me parece relevante.

Este é um orçamento de melhoria numa linha de continuidade, que consolida o ciclo de recuperação do investimento nas Forças Armadas, seja ao nível da modernização dos equipamentos, seja através de um esforço de valorização dos seus recursos humanos. É um Orçamento que prepara as Forças Armadas para os desafios da próxima década.

O orçamento que temos pela frente dá continuidade àquilo que é perene nas nossas Forças Armadas, e ao mesmo tempo traduz o Programa de Governo e assenta em escolhas. Neste sentido, gostaria de destacar quatro grandes prioridades para 2020 que são visíveis nesta proposta orçamental:

A primeira prioridade diz respeito à valorização das pessoas que fazem a Defesa Nacional. Para realizar esse grande objetivo criámos uma Secretaria de Estado dedicada

aos Recursos Humanos e aos Antigos Combatentes, para que esta temática possa merecer atenção constante no plano político.

Identificámos os Antigos Combatentes como uma prioridade e submetemos já à apreciação parlamentar uma nova proposta do Estatuto do Combatente que responde à ambição de incluir apoios materiais mais substantivos a par dos já importantes apoios simbólicos que nele estão consagrados. A maior parte do impacto orçamental desta proposta deverá ocorrer sobretudo em 2021 e anos subsequentes, mas não descarto a possibilidade de anteciparmos algumas medidas no âmbito da gestão flexível, dependendo do debate parlamentar que houver em torno desta matéria.

Estamos também a avançar com a implementação da reforma do sistema de saúde militar, um objetivo que iniciei já na anterior legislatura. Os nossos militares no ativo, e toda a família militar, precisam de ter um sistema de saúde militar saudável, e para tal é fundamental repensar a forma como se trabalha neste domínio. Esse trabalho está em curso. Neste orçamento, reforçamos o investimento em saúde militar.

A Ação Social Complementar, através do Instituto da Ação Social das Forças Armadas (IASFA), está também devidamente reforçada neste orçamento, com uma subida de 55%, passando de 5,5 milhões de euros para 8,5 milhões em 2020, reforçando a assistência em áreas como os apoios à infância, aos estudantes e à terceira idade, no apoio domiciliário, nos centros de férias e de repouso e na habitação social. Este aumento corresponde a uma decisão fundamental para resolvermos o problema de défice estrutural que tem vindo a minar o IASFA há mais de uma década.

Para além desse aumento, e decorrente do Memorando de Entendimento para o Equilíbrio Financeiro do IASFA assinado com o Ministério das Finanças, está previsto, adicionalmente, um reforço de 15 milhões de euros, a concretizar no decurso de 2020, destinado a limpar o passivo da Assistência na Doença aos Militares. Ou seja, recusamos simples paliativos, e atacamos o cerne dos problemas, para devolver ao IASFA a funcionalidade e a dignidade que a instituição militar exige e merece.

Segunda prioridade: Dinamização da Componente Externa da Defesa

A segunda grande prioridade reside na Dinamização da Componente Externa da Defesa. Este orçamento assegura o papel de Portugal como produtor e exportador de segurança internacional. Prevê-se para as Forças Nacionais Destacadas um orçamento total até 68 milhões de euros, o que representa o aumento necessário para um contexto internacional de grande volatilidade que nos cumpre acompanhar de perto.

O orçamento da componente externa da Defesa prevê ainda o reforço da nossa presença no Atlântico, espaço geográfico que é tão relevante para o nosso futuro como o foi no passado. Iremos avançar com o desenvolvimento das atividades do Centro do Atlântico e com as obras de requalificação das infraestruturas da Base das Lajes que lhe estão destinadas.

No âmbito da Cooperação no Domínio da Defesa, mantemos os nossos compromissos bilaterais com os países de língua portuguesa, com a CPLP, mas apostaremos também na identificação de novas dimensões de cooperação com os parceiros tradicionais e

inovadoras oportunidades de cooperação com parceiros novos, nomeadamente em África.¹

Terceira prioridade: cumprir a Lei de Programação militar e dinamizar a economia da defesa

Neste orçamento verifica-se um crescimento efetivo de investimento financiado pela Lei de Programação Militar de 20 milhões de euros, cumprindo aquilo que ficou estabelecido quando a Assembleia da República aprovou a LPM em 2019 com o mais amplo consenso de sempre, e com a menor oposição de sempre. Este reforço orçamental na modernização das capacidades das Forças Armadas, apostando em equipamentos de duplo uso e em programas conjuntos, tem um impacto concreto na melhoria das condições de trabalho dos nossos militares, contribui para a projeção internacional do país, contribui para o cumprimento da missão fundamental das nossas Forças Armadas. E contribui igualmente para o tecido económico nacional.

Através deste investimento contribuímos para a nossa segurança e na segurança coletiva global, e em simultâneo apostamos na inovação, no reforço do nosso quadro científico, na criação de emprego qualificado, e na vertente exportadora da economia nacional.

A título de exemplo, em 2020, prevê-se a entrega de viaturas Táticas Ligeiras Blindadas 4x4; a modernização de meia-vida de duas das nossas fragatas; o início do processo com vista à aquisição de mais seis Navios Patrulha Oceânicos; continua a avançar a produção

¹ Aumento de 6,9M para 7,6M na Cooperação

dos aviões de transporte KC-390, em parte fabricados em Portugal; e vamos promover a reexportação de F16s devidamente modernizados pela indústria nacional.

Correspondendo a este enquadramento, tomámos a decisão de reposicionar o Estado para que possa cumprir o seu papel neste setor que é simultaneamente de grande significado económico, e de importante conteúdo político e estratégico num momento de transformação do panorama da defesa europeia.

Para cuidar desta tarefa, e uma vez concluída a liquidação da EMPORDEF, surgirá uma nova empresa que centralizará e unificará as indústrias de defesa com participação do Estado, permitindo que o Estado tenha direção e liderança neste domínio, e que o nosso país possa tirar partido das grandes mudanças em curso.

Assegurámos, por isso, neste orçamento, através da Lei de Programação Militar, a componente nacional dos projetos PESCO em que participamos. E investimos também 13,5 milhões de euros na investigação, em particular aquela que é desenvolvida no Instituto Hidrográfico. Com esta dotação orçamental, damos expressão à prioridade que o estudo do Mar nos merece. De pouco servirá expandir o território nacional no Atlântico, se não contarmos com meios e capacidades para vigiar e defender esses espaços, assim como para mapear e garantir o controlo da exploração sustentável dos recursos que aí se possam encontrar.

Quarta prioridade: aproxima a Defesa e a Sociedade

A quarta e última prioridade está em linha com a prioridade do Governo de melhorar a qualidade da democracia, garantindo maior divulgação e aproximação entre a Defesa Nacional e o conjunto da sociedade portuguesa.

A principal prioridade nesta matéria prende-se com a valorização do trabalho visível e invisível dos nossos militares 24 horas por dia, 7 dias por semana, e a necessidade de reforço dos níveis de efetivos disponíveis nas Forças Armadas. Trata-se de matéria sobejamente conhecida, cujo diagnóstico está feito, mas que continua a ser submetida a simplificações, mistificações e alguma demagogia que impedem uma análise fria e objetiva. Sabemos que as causas desta dificuldade são complexas, são antigas, e em muitos aspetos partilhadas pelos nossos parceiros europeus. Não há soluções mágicas, mas o Governo não deixará de tudo fazer ao seu alcance, e estamos confiantes de estar no bom caminho.

Desde a primeira hora assumimos esta como uma prioridade de ação, e desenvolvemos o Plano para a Profissionalização do Serviço Militar, que apresentámos em 2019, identificando um conjunto amplo de medidas a executar por todos na Defesa Nacional, num horizonte de 5 anos, para que se possa iniciar um ciclo de reversão desta situação – e aproveito para partilhar que já se começam a sentir os resultados positivos. Em 2020 continuaremos esse trabalho, e promoveremos iniciativas que aproximam a Defesa Nacional do conjunto da sociedade portuguesa, como é o caso da realização do segundo Seminário de Defesa Nacional ou o início dos Roteiros da Defesa Nacional, que nos levarão um pouco por todo o país.

Com recurso a verbas próprias da Lei das Infraestruturas Militares, durante 2020, iremos também iniciar o projeto piloto de intervenção ao nível das condições de habitabilidade de três Unidades militares – no Comando do Corpo de Fuzileiros no Alfeite, no Regimento de Paraquedistas, em Tancos, e na Base Aérea n.º 11, em Beja.

Senhoras e senhores deputados,

Em 2020 propomos um orçamento da defesa que continua a crescer, nesta que é uma área vital para a segurança dos portugueses, vital para a projeção dos interesses de Portugal no exterior, e para contribuirmos para a segurança coletiva, capazes de cumprir a missão inalienável da Defesa Nacional: Defender, Proteger e Socorrer.

É um orçamento que aposta na valorização dos recursos humanos, na modernização dos equipamentos, na recuperação das infraestruturas e na valorização do seu património. Apostamos numa Defesa Nacional que é sinónimo de mais investimento em Portugal e nos Portugueses, contribuindo para um país mais seguro, para uma economia mais dinâmica, para uma sociedade mais qualificada e mais solidária.

Muito obrigado.